



SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	3
3. Requisitos do fornecedor	5
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	11
5. Modelo de Gestão	11
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	12
7. Obrigações da Contratada	12
8. Regime de execução	13
9. Condições de recebimento do objeto	17
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	17
11. Forma de pagamento	18
12. Condições de reajuste	18
13. Garantia contratual	19
14. Plano de contratações	19
15. Responsável pela elaboração do TR	19
ANEXO I	21
1. Especificações técnicas do objeto	21
ANEXO II	27
1. Modelos de formulário para Vistoria	27





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

TERMO DE REFERÊNCIA

Fornecimento e instalação de máquinas de acabamento gráfico associado a serviços de treinamento e manutenção periódica anual.

00200.006522/2023-63

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

O objeto do presente Termo de Referência é o **fornecimento e instalação de máquina de costura automatizada para acabamento gráfico, associado ao serviço de treinamento e manutenção periódica anual**, inerentes para a continuidade das atividades da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

A aquisição proposta no Termo de Referência tem o objetivo de continuar a renovação do parque de acabamento gráfico do Senado Federal cuja maioria das máquinas encontram-se em obsolescência devido aos mais de trinta anos de operação. A iniciativa visa a aquisição de máquina de costura de livros automatizada a fim de melhorar a qualidade e performance dos serviços de acabamento e assim reduzir a demanda em manutenção e principalmente mitigar riscos de eventuais paralisações das atividades desta Secretaria. Por fim, deve-se observar que o equipamento é essencial na produção editorial da SEGRAF.

Já no contexto de manutenção, desde outubro de 2021, marco que iniciou o registro de ordens de serviço de manutenção (OSM), a Astronic 180 registrou 39 ocorrências em manutenção de um total de 1469 registros em todo parque gráfico até o final de outubro de 2024. Mesmo representando somente 2% das ocorrências de manutenção desde o início do sistema de registro digital, a SEGRAF não possui solução de contingência para esse processo de costura de livros. Logo há necessidade de adquirir maquinário atualizado, moderno e mais eficiente.

No contexto da produção gráfica, aproximadamente 80% das ordens de serviço que demandam capa dura devem ser costuradas. Esse quantitativo mostra-se um intervalo quase constante que oscila entre 76 a 89 OSs anualmente que demandam costura conforme gráfico abaixo. É evidente a oscilação para baixo durante os dois primeiros anos de





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

pandemia do COVID-19. E, de modo atípico, no ano de 2024 a demanda baixou significativamente por conta da produção dos produtos comemorativos do bicentenário do Senado Federal, mas certamente por conta da inoperância do equipamento em todo o segundo semestre do ano corrente.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

A SEGRAF possui somente um equipamento de costura de livros, modelo Astronic 180, no parque gráfico. A Astronic 180 foi adquirida em 27 de setembro de 1996 conforme documento patrimonial anexo ao estudo preliminar. A partir de agosto de 2024, o maquinário encontra-se fora de operação por conta de uma série de ocorrências em manutenção. Até o momento da elaboração deste estudo, a equipe técnica não obteve sucesso em reverter a situação de inoperância do maquinário. De todo modo, a gestão está cuidando deste problema em pelo menos três frentes: cotação de serviço especializado em manutenção de máquinas de costura industrial, cotação de serviço de costura de livros para evitar a interrupção do serviço público desta Secretaria e por fim, formalizando demanda de aquisição de maquinário novo de costura de livros.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que as especificações técnicas solicitadas não são excessivas e que se justificam em razão da necessidade da Administração para correta execução dos serviços demandados.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

A contratação do objeto do presente termo de referência tem por objetivo a retomada do processo automático de costura, que se encontra paralisado.

Número do contrato vigente ou vencido

1.2.3.1. N/A

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. A SEGRAF sugere que seja adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, assim como o art. 1º, caput e §1º e art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A não adoção do sistema de registro de preços se deve ao não enquadramento nas hipóteses previstas no Decreto nº 11.462/2023. Tendo em vista tratar-se de compra eventual, de pouca quantidade, o modelo de SRP não é possível ou apropriado para esse tipo de contratação.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. A SEGRAF sugere adotar o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. A SEGRAF solicita que seja adotado o critério de adjudicação global, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos que justificam o agrupamento dos itens pois cada fabricante de maquinário gráfico automatizado compõe sua solução através de pacote de itens que são complementares, interdependentes e não intercambiáveis. Por exemplo: treinamento, assistência técnica, peças e serviços de





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

manutenção periódica são customizados e pertencentes a um modelo específico de um dado fabricante.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de que a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.7.1 – Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte devido à capacidade financeira, do risco de inadimplência e da complexidade e especialização da solução de cada grupo do objeto, bem como a impossibilidade de que os fabricantes possam participar diretamente.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

A licitante deverá apresentar termo de vistoria ou declaração de dispensa de vistoria cujos modelos estão no Anexo II deste TR, na forma das alíneas abaixo:

- a) Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências da gráfica do Senado Federal para verificar o acesso de logística, os quadros elétricos, o local de instalação e de treinamento, nos termos abaixo, considerando a complexidade do objeto em que as máquinas pesadas exigem conhecimentos técnicos específicos de instalação, operação e manutenção.
- b) O Senado Federal fornecerá ponto elétrico trifásico de 380V composto por disjuntor com capacidade entre 40A a 60A e distâncias de até 50 metros dos locais de instalação dos equipamentos. Ademais, disponibilizará equipe de apoio para realizar o acompanhamento do fornecimento e instalação do maquinário inclusive





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

disponibilizando empilhadeira e transpaleteira.

- c) É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto ao SEMAIN (Serviço de Manutenção Industrial) do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 dia útil contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.
- d) A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira entre os horários de 09:00 às 17:00, pelos telefones (61) 3303-3783 ou (61) 3303-4126 ou pelo e-mail semain@senado.leg.br.
- e) Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.
- f) A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.
- g) A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).
- h) Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.
- i) Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Serviço de Manutenção Industrial.
- j) Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.
- k) O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada junto com o documento de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal

3.2.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente contratação apresenta complexidade técnica que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

3.2.2.1. Portanto, deverá a licitante apresentar:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

3.2.2.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu e instalou, de forma satisfatória, pelo menos uma máquina gráfica automatizada de porte similar àquelas que constituem o objeto deste edital, bem como que já prestou, a contento, por período não inferior a 6 (seis) meses, qualquer tipo de serviço de manutenção em máquinas gráficas automatizadas.

a) Entende-se por máquina gráfica automatizada aquela que executa tarefas de forma automática, sem necessidade de intervenção humana direta, como impressoras offset e máquinas de acabamento cujo controle e programação são realizados por software, permitindo a execução eficiente de tarefas complexas, não necessariamente com as exatas especificações constantes do Anexo 2 deste edital.

b) Para comprovação dos requisitos qualitativos exigidos pela alínea “a” (fornecimento, instalação e manutenção), será aceito o somatório de atestados.

c) Para comprovação do lapso temporal exigido pela alínea “a” (6 meses), será aceito o somatório de atestados, desde que se refiram a períodos sucessivos, mas não concomitantes.

3.2.2.1.2. Declaração de que disporá, por ocasião da assinatura do contrato proveniente desta licitação, de pelo menos 1 (um) profissional com certificação válida em instalação, operação, manutenção ou área correlata do maquinário gráfico automatizado ofertado em sua proposta, emitido pela fabricante do equipamento.

3.2.2.1.3. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto nos subitens 3.2, 3.3 e 3.4 deste edital.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

3.2.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.2.4. Essas exigências técnicas são necessárias e indispensáveis para a execução adequada do objeto por se tratar de maquinário gráfico automatizado que possui, além dos componentes mecânicos, placas, dispositivos eletrônicos e softwares de operação, vida útil acima de 10 anos. Logo as exigências tendem a evitar potencial solução única e isolada que não atenderá demanda por peças e serviços de manutenção no médio e longo prazo de operação do equipamento.

3.2.5. Fundamentação Legal: Em atendimento ao disposto no art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 8º, §5º, do Anexo III do ADG nº 14/2022, a definição dos requisitos mínimos para qualificação técnica visa assegurar a seleção de fornecedores aptos a cumprir o objeto da contratação, garantindo eficiência, qualidade e segurança na execução.

3.2.6. **Dimensão Qualitativa dos Requisitos:** Os requisitos mínimos estabelecidos para a comprovação de capacidade técnica, por meio de atestados, baseiam-se na complexidade, especificidades e riscos envolvidos na execução do objeto. Essas exigências foram definidas considerando:

- Experiência específica: Necessidade de comprovação de execução de serviços ou fornecimento de bens similares, em condições técnicas equivalentes, para garantir a capacidade de atendimento ao escopo.
- Qualidade técnica: Garantia de que o fornecedor possui histórico comprovado de entrega com padrões técnicos adequados.

3.2.7. **3. Dimensão Temporal dos Requisitos.** A exigência de experiência em um período determinado considera:

- Atualidade da experiência: Garantir que o fornecedor possui experiência recente e relevante, compatível com as práticas atuais do mercado e com as exigências tecnológicas do objeto.
- Viabilidade de comprovação: O período estipulado foi definido de forma a permitir ampla participação de potenciais interessados, evitando critérios excessivamente restritivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

3.2.8. 4. Proporcionalidade e Justificativa Específica. Os requisitos mínimos foram fixados em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, com base em:

- Relação direta com o objeto: Todos os critérios exigidos estão diretamente vinculados à garantia de cumprimento adequado do contrato.
- Prevenção de riscos: As exigências são necessárias para evitar falhas na execução ou fornecimento.
- Consulta ao mercado: Análise prévia de condições de mercado para assegurar que as exigências não restringem indevidamente a competitividade.

3.2.9. Qualificação econômico-financeira

3.2.9.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

A justificativa da inclusão do texto dá-se pela própria exigência legal. A SEGRAF, assim, está seguindo estritamente o dispositivo da NLL, em consonância com os modelos de texto estipulados na minuta padrão,

O dispositivo legal, por sua vez, prevê em seu art. 69 a exigência da qualificação econômico-financeira prevista no TR e que a contratação





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

em tela não atende aos requisitos de dispensa previstos no inciso III do art. 70 da Lei 14133/2021, a saber:

*“Art. 70. A documentação referida neste Capítulo **poderá ser:***

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).”

3.3. Necessidade de apresentação de amostras

3.3.1. N/A

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que o valor estimado da contratação é superior ao limite previsto para se dispensar licitação e a contratação objetiva compras para entrega com prazo superior a 30 dias corridos

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1.1. O contrato decorrente deste termo de referência terá vigência desde sua assinatura até 48 (quarenta e oito) meses consecutivos após o recebimento definitivo do objeto detalhado no item 1, ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

5. Modelo de Gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Gestão

Gestor titular: Márcio de Holanda Meireles Viana (364130)

Gestor substituto: ATSEGRAF

Fiscalização: André Luiz Rodrigues Santana (38043) e NGPROD

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio de email (semain@senado.leg.br) para fins de execução contratual (após a homologação do certame e assinatura do contrato/recebimento da NE/assinatura da ARP), facultado qualquer outro modelo a ser definido pela gestão ou pela fiscalização.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A Contratada fornecerá os itens 1 e 2 do objeto deste Termo de Referência, em parcela única, no prazo de até 180 dias corridos, a contar do recebimento da via assinada do contrato.

6.2. A Contratada fornecerá o item 3 do objeto deste Termo de Referência, em três parcelas anuais até a vigência contratual, a contar do encerramento da garantia original de 12 meses, e iniciará os serviços em até 30 dias a contar do recebimento da demanda,,conforme dealhado na seção 8.21.3

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. Manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

7.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la, sempre que for necessário.

7.1.5. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

7.1.9. Empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.1.10. Apresentar previamente as sugestões de alterações elétricas a serem realizadas em função da instalação do equipamento incluindo as seções de condução dos cabos e dimensionamento/encaminhamento de infraestrutura a partir da vistoria técnica. O Senado Federal fornecerá ponto elétrico trifásico de 380V composto por disjuntor com capacidade entre 40A a 60A e distâncias de até 50 metros dos locais de instalação do equipamento.

7.1.11. Se a contratada não apresentar previamente as sugestões de alterações elétricas, a mesma deverá responsabilizar-se pelas eventuais alterações adicionais no quadro elétrico, incluindo mudança de disjuntores e/ou acréscimo de novos circuitos e aumento de capacidade em relação ao disponibilizado incluindo fornecimento de condutores, infraestrutura (eletrodutos/eletrocalhas), tomadas comuns e industriais. E se for o caso, crimpagem dos cabos e identificação dos condutores/disjuntores. As instalações devem ser obrigatoriamente





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

realizadas conforme as orientações do fabricante original do equipamento e a ABNT NBR 5410.

7.1.12. Caso o fornecedor ou o fabricante original do equipamento entendam que a alimentação elétrica disponibilizada pelo Senado Federal é incompatível com o equipamento, a Contratada deverá incluir no escopo da contratação o fornecimento e instalação de equipamentos para adequação da energia, incluindo transformadores, estabilizadores e/ou sistemas de energia ininterrupta (nobreaks) conforme o caso. Não haverá pagamento adicional para o fornecimento dos equipamentos necessários para adequação da tensão.

7.1.13. Apresentar prospecto técnico completo do equipamento juntamente com a proposta de preços.

7.2. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.3. As obrigações do contratante serão definidas no edital, de acordo com as normas do Senado Federal.

8. Regime de execução

Para o item 1:

8.1. O item 1 deste termo de referência deverá ser entregue e instalado, em dias úteis, durante o horário de 9h às 17h, no Serviço de Acabamento - SEACAB, localizado na Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, localizado na via N2, Bloco 9, Brasília-DF, CEP 70165-900.

8.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e encontrar-se em linha de produção e acondicionados em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e número do pregão.

8.3. O contratado fornecerá o produto conforme a marca e especificação discriminada em sua proposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

8.4. Deverá acompanhar os equipamentos, no mínimo, os seguintes documentos: manual de operação, de segurança, de peças de reposição e manutenção, em português ou inglês, no formato digital ou impresso.

8.4.1. Os manuais supracitados podem ser requeridos pelo Senado Federal em suas versões atualizadas a qualquer momento, mesmo após o término da vigência contratual, visto que os fabricantes costumam mudar/atualizar os códigos das peças em novas versões de manuais, sendo imprescindível que o Senado detenha essa informação para poder detalhar, corretamente, novas compras de peças.

8.5. Não há necessidade de emissão de ordem de fornecimento por parte da SEGRAF. Tal exigência apenas torna o processo mais moroso e burocrático, tendo em vista que o próprio contrato é claro em todas as suas demandas. Caso seja necessário, por exigência legal, a emissão de ordem de fornecimento, pedimos que seja indicado à SEGRAF, juntamente com a justificativa fundamentada, para que possamos incluir no TR.

8.6. O prazo de garantia do item 1 será de, no mínimo, 12 meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.7. Assim que a contratada souber a data estimada da entrega, esta deverá entrar em contato com o Gestor, para que seja providenciada com antecedência, junto aos órgãos competentes do Senado Federal, a autorização de acesso.

8.8. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

8.9. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao contratado providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito.

8.10. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao contratado fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.11. O equipamento será recusado se não atender às especificações técnicas contidas na proposta e na documentação técnica, se apresentar índices de desempenho inferior





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

ao estabelecido no edital de licitação e ainda se apresentar defeitos durante a instalação e que não tenham sido solucionados pela CONTRATADA.

8.12. Nobreaks, estabilizadores, ferramentas, partes e acessórios necessários à instalação, funcionamento e manutenção dos equipamentos correrão às expensas da CONTRATADA

8.13. Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

8.14. Caberá ao contratado o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.15. Independentemente da aceitação, o contratado garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da notificação do gestor

8.16. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

8.16.1. Para os fins no item acima, o contratado deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

Para o item 2:

8.17. A licitante deverá realizar presencialmente o treinamento operacional e de manutenção do equipamento no Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, em Brasília/DF; Anexo II do Senado Federal, localizado à via N2, Bloco 09, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

8.18. O treinamento operacional e de manutenção do equipamento deverá ser realizado para até vinte colaboradores, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório do item 1, em horário comercial (8h às 18h), com carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas, por profissional certificado pelo fabricante do equipamento, conforme atestado de capacidade técnica solicitado na habilitação da proposta;

8.19. O treinamento deverá ser ministrado no local de instalação do equipamento; e deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos: princípio de funcionamento, programação e regulagem dos modos de operação; Interpretação das mensagens de erro e ações corretivas; Rotinas de manutenção preventiva adequada ao equipamento, inclusive a relação, quando





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

necessário dos pontos de lubrificação, tipos de lubrificantes e periodicidade de lubrificação; Modo de operação do equipamento, troca de suprimentos, ajustes e configurações, uso correto do equipamento, visando reduzir o risco de acidentes e otimizar seu desempenho e consumo.

Para o item 3:

8.20. A licitante deverá realizar presencialmente os serviços anuais de manutenção periódica do equipamento no Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, em Brasília/DF; Anexo II do Senado Federal, localizado à via N2, Bloco 09, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

8.21. Os serviços de manutenção periódica deverão ser prestados anualmente, em três parcelas, mediante agendamento prévio entre as partes, e deverá conter um mínimo de 16 horas de atendimento in loco.

8.21.1. Os serviços serão realizados em três acionamentos no total ao longo da vigência contratual de 48 (quarenta e oito) meses. Assim, o primeiro acionamento será realizado a partir do 13º até 24º mês; o segundo, do 25º até 36º, e o último a partir do 37º até o 48º, contado a partir do recebimento definitivo do item 1, conforme formalização da demanda de acionamento pelo fiscal.

8.21.2. O agendamento se dará por iniciativa do Senado, via email, de acordo com as janelas de operação dos equipamentos e as possibilidades técnicas

8.21.3. As demandas de acionamento pelo fiscal será realizada em qualquer momento, durante os períodos de acionamento mencionados na seção 8.21.1, via email, de forma que a data de início dos serviços não será menor do que 30 dias da data de envio do referido pedido de agendamento.

8.22. Na prestação dos serviços elencados estão inclusas as despesas de deslocamento, estadia e alimentação, dos técnicos acionados para as chamadas técnicas de manutenção, bem como qualquer outra despesa necessária para a correta execução dos trabalhos. Exceto peças de reposição fora do período de garantia.

8.23. A manutenção periódica consistirá na inspeção, por meio de técnicos certificados pelo fabricante do equipamento e devidamente identificados para eliminação de defeitos que reduzam a capacidade de produção estipulada pelo fabricante, constituída de. No mínimo:

- Inspeção e verificação geral do maquinário;





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

- Verificação dos pontos de lubrificação e graxa, de pressão, de níveis de fluidos, de sistemas principais e periféricos, de filtros e de bomba(s);
- Verificação da parte eletrônica e mecânica;
- Limpeza, ajustes e regulagens correlatas;
- Acompanhamento de produção após término das verificações periódicas de manutenção.
- Emissão de relatório técnico com sugestões de procedimentos de operação e manutenção assim como listagem de peças a serem adquiridas em curto, médio e longo prazo.

8.23.1.1. Não obstante ao detalhamento acima, a empresa deverá também realizar testes e emitir orientação e assessoria técnica, devendo para isto fornecer todos os materiais recomendados pelo fabricante, tais como ferramentas, lubrificantes, graxas, óleos, estopa, limpadores e outros.

8.24. Os serviços de manutenção periódica serão recebidos anualmente a partir do 13º mês de vigência do contrato ou após o término da garantia original, mediante atesto do gestor.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1.1. Efetivada a entrega para o item 1, os objetos serão recebidos:

9.1.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais

9.1.1.2. **definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

9.1.2. Efetivada a entrega para o item 2, o objeto será recebido:

9.1.2.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico

9.1.2.2. **definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.1.3. Efetivada a entrega para o item 3, o objeto será recebido:

9.1.3.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, com verificação posterior da conformidade da prestação do serviço

9.1.3.2. **definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.2. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.3. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.4. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.1.5. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

11. Forma de pagamento

11.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto.

11.1.1. Caberá a contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas.

12. Condições de reajuste

12.1. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses, a partir da data de apresentação da proposta ou do orçamento.

12.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o INPC.

13. Garantia contratual

13.1. Será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois a contratação pretendida não se encaixa em quaisquer das hipóteses previstas no § 2º, do art. 18, do Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022 e, portanto, será exigida a garantia contratual.

13.2. A garantia deverá ser prestada no percentual de 4,75% do contrato decorrente deste TR, em consonância com matriz de risco para análise de cobertura de garantias contratuais, elaborada em 2019 pela SEGRAF e encaminhada para avaliação da SADCON (00200.001244/2020), a seguir:

Variável	Situação			Naturaza
Tamanho do mercado	Forte concentração de fornecedores	Média concentração de fornecedores	Baixa concentração de fornecedores	MERCADOLÓGICA
	0,50%	0,25%	0%	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Nacionalização dos objetos	A execução do contrato depende de itens importados	A execução do contrato independe de itens importados		
	0,25%	0,00%		
Grau de dificuldade em substituir o objeto, quanto às adaptações físicas:	Substituição difícil	Substituição em grau mediano	Substituição Fácil	DO OBJETO
	0,50%	0,25%	0%	
Grau de dificuldade em substituir o objeto, quanto ao conhecimento já adquirido:	Substituição difícil	Substituição em grau mediano	Substituição Fácil	
	0,50%	0,25%	0%	
Impacto da interrupção na área legislativa	Alto impacto: impossível de trabalhar	Médio impacto: trabalho executado de forma lenta ou incompleta	Baixo impacto: É possível encontrar substituto sem impactar o trabalho	QUANTO A FINALIDADE
	1,00%	0,50%	0%	
Impacto da interrupção na área administrativa	Alto impacto: impossível de trabalhar	Médio impacto: trabalho executado de forma lenta ou incompleta	Baixo impacto: É possível encontrar substituto sem impactar o trabalho	
	1,00%	0,50%	0%	
Impacto da interrupção dos serviços no órgão técnico	Alto impacto: impossível de trabalhar	Médio impacto: trabalho executado de forma lenta ou incompleta	Baixo impacto: É possível encontrar substituto sem impactar o trabalho	
	0,50%	0,25%	0%	
O contrato prevê IMR?	Não	Sim		CONTRATUAL
	0,50%	0,00%		
O contrato prevê penalidades?	Não	Sim		
	0,50%	0,00%		
Valor do contrato	Acima de R\$ 2.000.000,00 ano	Entre R\$ 300.000,00 e R\$ 2.000.000,00/ ano	Abaixo de R\$ 300.000,00 ano	

